



Participação social na conservação da natureza: transformando conflitos em prestação de serviço na Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba em São Francisco de Itabapoana/RJ

Adolfo de Souza Ramos, Maria Inês Paes Ferreira, Vicente de Paulo Santos de Oliveira.

As Unidades de Conservação (UC) brasileiras são usualmente geridas com recursos humanos escassos que devem se responsabilizar por territórios extensos, dificultando assim o alcance dos objetivos estabelecidos nos seus planos de manejo. Localizada em São Francisco do Itabapoana/RJ, a Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba (EEEG) possui uma área de 3260 hectares, tendo um efetivo de apenas três funcionários, dividindo-se entre parte administrativa e vigilância apresenta limitações para controlar a caça e a extração de madeira clandestina. Neste trabalho faz-se uma proposta que considera a participação das comunidades do entorno desta unidade de conservação de proteção integral, os quais podem vir a atuar como agentes de monitoramento e vigilância ambiental, quanto ao controle do acesso e dos usos inadequados e/ou clandestino dos recursos naturais da UC. A metodologia descritiva-exploratória contemplou as etapas de: revisão bibliográfica, levantamento do quantitativo de funcionários por área protegida das UC da região sudeste brasileira, levantamento socioambiental das comunidades no entorno da EEG, elaboração dos mapas utilizando o software livre QGIS 2.14.8-Essen e Google Earth®, tendo ainda o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como base legal. O entorno da EEG possui três comunidades que direta e indiretamente influenciam a UC e sofrem sua influência pela sua proximidade. Podemos destacar a localidade de Carrapato que está separada apenas pelo Brejo da Cobiça, a comunidade de Vilão, de Coréia e a Fazenda São Pedro, totalizando aproximadamente seiscentas residências, gerando vários conflitos socioambientais. Com o crescimento do número de áreas protegidas, os conflitos pelo território e pelos seus usos são inevitáveis. A falta de atualização das informações das UCs brasileiras dificulta a análise detalhada das suas reais condições. A inclusão das comunidades como agente de monitoramento pode ser uma saída para a resolução de conflitos gerados pela criação das UCs. Para isso, uma formação adequada deve ser articulada entre o órgão gestor, a comunidade e instituições de ensino e pesquisa, por meio de parcerias, valorizando o conhecimento local no apoio à conservação dos bens e serviços da natureza.

Palavras-chave: unidades de conservação, conflitos ambientais, participação social.

Instituição de fomento: Instituto Federal Fluminense